

Políticas e Manuais Oikos

MANUAL DE COMPLIANCE

OIKOS



Sumário

1.	OBJETIVO	3
2.	REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL	3
3.	ABRANGÊNCIA	3
4.	COMPLIANCE	3
5.	REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMPLIANCE	4
6.	PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS	4
7.	TRATAMENTO DE CONFLITOS DE INTERESSE	5
8.	EXERCÍCIOS DE ATIVIDADES EXTERNAS	5
9.	COMITÊS	6
10.	ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA DE COMPLIANCE E RISCO	7
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
12.	REVISÃO E ATUALIZAÇÃO	8
13.	MANUTENÇÃO DOS ARQUIVOS	9

DATA DA ÚLTIMA REVISÃO
ÁREA RESPONSÁVEL

15/02/2024
COMPLIANCE

1. OBJETIVO

A Política de Compliance e Controles Internos da Oikos Gestão de Recursos Ltda., denominada neste documento como “Oikos”, têm como objetivo formalizar, orientar e manter em conformidade as regras, procedimentos de Compliance e Controles internos da Oikos e aos padrões ético e profissional inerentes à sua atuação.

2. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

- Resolução CVM nº 21/21;
- Código ANBIMA de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros.

3. ABRANGÊNCIA

São abrangidos por esta política todos os diretores e colaboradores da Oikos, bem como prestadores de serviços que realizem atividades em seu nome.

4. COMPLIANCE

Compliance tem como definição, o dever de cumprir, estar em conformidade e fazer cumprir regulamentos internos e externos impostos a todas às atividades da Oikos, de forma a assegurar:

- Certificar-se da existência e plena observância do Código de Conduta e Ética da Oikos, pelos Colaboradores;
- Cuidar da manutenção e atualização das políticas e manuais da Oikos;
- Assegurar a existência, monitoramento e revisão de procedimentos e controles internos, procurando mitigar os riscos aos quais a Oikos encontra-se exposta, fomentando a cultura de controles internos;
- Certificar-se da aderência e do cumprimento das leis e normas emitidas pelos órgãos reguladores e autorreguladores, relativas à atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, assim como suas atualizações;
- Manter processos internos para Prevenção à Lavagem de Dinheiro, cuja aplicação deve ser fiscalizada pela Diretoria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, que é responsável pelo cumprimento das obrigações estabelecidas na Resolução CVM nº 50/21;
- Mensurar e avaliar riscos intrínsecos às atividades exercidas pela Oikos, bem como quaisquer riscos que possam acarretar perda financeira ou risco de imagem à Oikos;
- Assegurar a adequada segregação de atividades a fim de evitar conflitos de interesse, na forma estabelecida pelos códigos, políticas e manuais da Oikos;
- Assegurar que todos os Colaboradores da Oikos estejam em conformidade com o Código de Conduta e Ética, demais políticas e manuais adotados internamente, assim como em

conformidade com as normas, certificações e atualizações dos órgãos reguladores e autorreguladores;

O objetivo da função de Compliance é atuar como instrumento de gestão preventiva do risco legal e reputacional, que se configura como o risco de perda financeira por sanções legais, regulatórias ou por dano na reputação que a Oikos pode sofrer com o resultado de falhas no cumprimento das leis, regulamentações, regras e das boas práticas do mercado de capitais.

5. REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMPLIANCE

Trata-se de um conjunto de regras, padrões, procedimentos éticos e legais que, uma vez definidos e implantados, serão a linha mestra que orientará a condução das atividades exercidas pela Oikos no mercado em que atua, bem como as atitudes de seus funcionários na condução dos negócios, sejam elas de natureza pessoal ou profissional.

A elaboração das políticas de Compliance deve levar em consideração a estratégia geral da Oikos, passar por um processo interno de aprovação e, posteriormente, serem divulgadas a todo o corpo funcional da Oikos.

Não existirá Compliance se os riscos, reais ou potenciais, gerados pelos conflitos de interesses, pela falta de segregação de funções, violação das informações confidenciais e pela violação das barreiras da informação, não tiverem tratamento adequado definido em políticas específicas, objetivas e transparentes que inibam a ocorrência desses eventos.

6. PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS

Os controles internos devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas. As atividades devem ser exercidas de forma a:

- assegurar que todos os profissionais que desempenhem funções ligadas à gestão de carteiras de valores mobiliários atuem com imparcialidade e conheçam o Código de Ética, este Manual, bem como as disposições da Resolução CVM nº 21/21 e Código ANBIMA de Melhores Práticas para a Administração de Recursos de Terceiros e outras aplicáveis às atividades da Oikos;
- identificar, administrar e eliminar eventuais conflitos de interesses que possam afetar a imparcialidade das pessoas que desempenhem funções ligadas à administração de carteiras de valores mobiliários.
- assegurar o controle de informações confidenciais a que tenham acesso seus Colaboradores;
- assegurar a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico;
- implantar e manter programa de treinamento de Colaboradores que tenham acesso a informações confidenciais e participem de processo de decisão de investimento.

O Compliance deve encaminhar ao Diretor de Administração de Carteiras de Valores Mobiliários (Diretor de Gestão de Recursos), até o último dia útil do mês de abril de cada ano, relatório relativo ao ano civil imediatamente anterior à data de entrega, contendo:

- as conclusões dos exames efetuados;
- as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso;
- a manifestação do diretor responsável pela gestão de carteiras de valores mobiliários ou, quando for o caso, pelo diretor responsável pela gestão de risco da Oikos a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las.

O relatório deve ficar disponível para a CVM na sede da Oikos.

7. TRATAMENTO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os conflitos de interesse estão ligados à ocorrência de situações com potencial para gerar adversidades, desentendimentos, condutas indesejáveis e oportunistas, trazendo assim consequências prejudiciais ao bom andamento dos negócios e, em casos mais graves, violações sujeitas a sanções e multas.

A Oikos, em suas práticas diárias, deve avaliar a possibilidade de ocorrerem situações de conflito de interesse, dando especial atenção às transações e situações que, em face de sua natureza, forma a identidade das partes, possam ser consideradas controversas ou que possam representar efetivo ou potencial conflito de interesses.

É vedado o uso do cargo para obtenção de facilidades ou favorecimento, para si ou para terceiros. Todos devem desempenhar suas atividades com total isenção e imparcialidade evitando potenciais conflitos, que possam prejudicar os interesses da Oikos.

Os recursos da Oikos devem ser empregados, exclusivamente, obedecendo aos propósitos dela e para seu benefício. Tirar proveito pessoal é uma transgressão ética e moral.

8. EXERCÍCIOS DE ATIVIDADES EXTERNAS

Os Colaboradores não devem acumular atividades conflitantes, assim entendidas aqueles semelhantes ou equiparadas às atividades desenvolvidas pela Oikos, e devem evitar desenvolver negócios particulares que interfiram no tempo de trabalho dedicado à Oikos e nas decisões necessárias ao pleno exercício das suas atividades.

Não devem ser comercializados quaisquer tipos de produtos nas dependências da Oikos, notadamente no horário de expediente, tampouco, desenvolver atividades que concorram, direta ou indiretamente, com aquelas realizadas pela Oikos.

9. COMITÊS

Os comitês instaurados são:

- I. **Comitê de Investimentos:** composto pela Diretoria e equipe de Gestão de Recursos, com periodicidade no mínimo mensal. Neste Comitê são abordados diversos assuntos, como informações a respeito de mudanças regulatórias, macroeconômicas e conjunturais que possam afetar o desempenho dos fundos sob gestão.

Este comitê também é responsável por informar o andamento de cada operação, as dificuldades encontradas pelos analistas, dar soluções para as pendências mais significativas e estudar soluções para melhorar/ intensificar o controle de pendências.

É avaliada a aderência do ativo com relação as regras e restrições do fundo previstas em regulamento e mandatos de clientes (ex.: % de alocação em ativos de crédito privado, rating mínimo etc.), além de se discutir e aprovar pontos que condicionam a alocação, como a qualidade da formalização e a liquidez do ativo objeto.

O registro das deliberações será formalizado através de ata de reunião com assinatura dos diretores presentes. O material será salvo em diretório interno da área.

- II. **Comitê de Compliance e PLD/FTP:** composto pela Diretoria e equipe de Compliance, Risco e PLD/FTP Risco, com periodicidade semestral, ou quando identificado a necessidade de convocação extraordinariamente. Compete ao Comitê:

- a. Aprovar novas políticas internas, ou a sua revisão, por força da regulamentação ou decisões internas;
- b. Aprovar a oferta de novos produtos ou prestação de novos serviços;
- c. Atuar para que haja efetividade na confidencialidade e potenciais conflitos de informações e/ou interesses;
- d. Monitorar e buscar a efetiva aplicação das políticas internas e normativas aplicáveis.

O registro das deliberações será formalizado através de e-mail a todos os participantes do Comitê, com confirmação de leitura e/ou através de atas de reunião.

- III. **Comitê de Risco:** composto pela Diretoria e equipe de Compliance, Risco e um representante da área de Gestão, com periodicidade mensal ou quando identificado a necessidade de convocação extraordinariamente, neste comitê a área de Risco apresentará os resultados dos fundos no semestre, bem como, os enquadramentos dos fundos aos seus regulamentos e legislações (ANBIMA, CVM, etc.). Tais como:

- Aprovar novos instrumentos, produtos e parâmetros de uma forma geral, sob aspecto de risco, e monitorar os enquadramentos aos parâmetros estabelecidos;
- Monitoramento e apresentação técnica dos riscos dos fundos, carteiras e veículos de investimento sob responsabilidade da Oikos, bem como de seus ativos, em linha com as boas

práticas de mercado, normas e regulamentações aplicáveis;

- Análise dos níveis de risco dos fundos, carteiras e veículos de investimento sob responsabilidade da Oikos em relação a seus limites e estratégias propostos e o uso destes limites;
 - Avaliar os riscos envolvidos no processo de gestão de recursos da Oikos, que afetam atualmente ou que podem vir a afetar os investimentos por ela geridos;
 - Analisar eventuais situações ocorridas de desenquadramento no mês anterior, risco operacional, e de liquidez, e, discussão de mitigantes e melhorias;
 - Recomendar e fazer implementar medidas corretivas sempre que identificados desenquadramentos aos parâmetros aprovados.
- IV. **Comitê de Produtos/Serviços:** composto pela Diretoria de Gestão e de Compliance, Risco e PLD/FTP. É realizado de forma pontual, sempre que necessário análise de um novo estudo de viabilidade de novos produtos ou serviços a serem prestados pela Oikos. As análises dos produtos e serviços, seguem a ótica de PLD/FTP, colaborando para a identificação e mitigação de riscos do produto e sua avaliação de risco. O registro das deliberações será formalizado através de e-mails a todos os participantes do Comitê, com confirmação de leitura e/ou através de atas de reunião.

10. ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA DE COMPLIANCE E RISCO

Com o fim de garantir o completo cumprimento desta Política, compete à Diretoria de Compliance adotar as seguintes rotinas para as matérias abaixo:

I. **Manuais e Políticas Internas:**

- a) Manter atualizado o Código de Conduta e Ética e demais políticas e manuais da Oikos aos Colaboradores, divulgado por e-mail a todos Colaboradores;
- b) Acompanhamento das normas e instruções normativas que regulam a atividade da Oikos.

II. **Segurança da Informação:**

- a) Monitorar o acesso de terceiros ao ambiente destinado exclusivamente aos Colaboradores da área de administração de carteiras, garantindo que não haja informações confidenciais nas telas dos monitores dos computadores durante a permanência de terceiros na sala por quaisquer motivos;
- b) Verificar o eventual esquecimento de documentos em cima das mesas e/ou nas impressoras, instruindo os colaboradores sobre a necessidade de preservação das informações;
- c) Promover e coordenar testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial os mantidos em meio eletrônico e, inclusive, para os fins da política de continuidade de negócios.

III. Conduta dos Colaboradores:

- a) Analisar, sempre que existente, eventuais infrações às normas constantes do Código de Conduta e Ética e à legislação vigente, devendo a Diretoria de Compliance aplicar as sanções administrativas cabíveis.

IV. Prestação de Informações:

- a) Envio das informações eventuais e periódicas exigidas pela CVM, bem como a toda e qualquer entidade autorreguladora à qual a Oikos esteja vinculada;
- b) Elaboração de relatórios sobre as atividades de controles internos, com as conclusões dos exames efetuados, as recomendações de eventuais deficiências nos controles internos, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, os quais deverão ser encaminhados às Diretorias, arquivados e mantidos à disposição da CVM;
- c) Manutenção das informações cadastrais da Oikos junto aos órgãos reguladores e autorreguladores devidamente atualizadas, bem como aquelas disponibilizadas através do site da Oikos na internet, em especial no que se refere aos Códigos, manuais e Políticas, bem como aquelas relacionadas à equipe e produtos sob gestão.

V. Novos Produtos/Serviços:

- a) Participação no estudo de viabilidade de novos produtos ou serviços a serem prestados, colaborando para a identificação e mitigação de riscos do produto.

VI. Continuidade de Negócios:

- a) Estruturação do plano de continuidade de negócios;
- b) Manutenção dos meios de comunicação com os colaboradores;
- c) Coordenar testes do plano de continuidade de negócios, com o fim de garantir a sua efetivação em caso de contingência com eficiência e agilidade;
- d) Em caso de contingência, elaborar relatórios contendo os motivos que levaram à situação, bem como sugerir providências, visando evitar novas ocorrências.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as dúvidas sobre as diretrizes desta Política podem ser esclarecidas com o Compliance.

12. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

A presente Política entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser revisto e, se necessário, ou por mudança de estratégia da Oikos e mantida atualizada pelo Compliance. Serão utilizadas como base para sua atualização as legislações, instruções normativas e regulamentações vigentes na data da sua revisão.

13. MANUTENÇÃO DOS ARQUIVOS

A Oikos manterá armazenado todos os arquivos eletronicamente, pertinentes ao processo de Compliance desta política, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, conforme legislação vigente.